



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

Merenda Escolar Terceirização vai acabar sem completar dois anos

“Governador pretende mudar forma de fornecimento de alimentação da rede estadual de ensino ”

(DC, Geral, 23/7, p. 18)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 23, 24 e 25/7/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 23/7/11
Assunto: Merenda escolar, Terceirização vai acabar sem completar dois anos		Página: 18

MERENDA ESCOLAR

Terceirização vai acabar sem completar dois anos

Governador pretende mudar forma de fornecimento de alimentação da rede estadual de ensino

GABRIELLE BITTELBRUN

O governador Raimundo Colombo pretende dar fim ao sistema de terceirização da merenda que, em 40% das escolas, não tem nem um ano. Com a transição já em 2012, Colombo acaba com uma das grandes apostas do governo anterior, de Luiz Henrique da Silveira.

A medida põe fim, também, ao sistema que causou polêmica e gerou suspeitas e protestos das tradicionais merendeiras, contratadas pelas Associações de Pais e Professores (APPs), para atuar nas escolas.

Merendeiras como a Dona Joana*, que passou 40 anos fazendo chá para os alunos que não se sentiam bem e se envolvendo com o cardápio dos estudantes, mas foi remanejada para outra função após a terceirização. Ela diz que a fila da merenda ia longe e que o cardápio anterior era bem mais diversificado e sustentava mais.

– Agora, falta ingrediente, sobra comida e o movimento é bem menor – lamenta a merendeira.

Esse envolvimento das cozinheiras e mesmo da comunidade com a alimentação dos estudantes é uma das principais justificativas para a nova transição proposta pelo governo.

– A mudança é pela vida comunitária, pela questão pedagógica do envolvimento dos professores e da

comunidade na produção da merenda – destaca o governador.

A medida, na visão do governo, reduziria em 30% os gastos com a alimentação dos alunos e incentivaria a agricultura familiar e a produção regional de alimentos. Segundo Colombo, no prato dos alunos da Serra, por exemplo, não pode faltar maçã.

Municípios e SDRs são opções para gestão

Ele considera que a medida do governo anterior não foi um erro. Porém, vê a mudança como o melhor no momento, principalmente pelos pedidos que recebe de todo o Estado.

Entre as opções de substituição à terceirização estão o sistema de municipalização e a participação das secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) para a gestão da merenda.

A intenção é descentralizar o fornecimento de alimentos das escolas, que, desde a última segunda-feira, está ainda mais concentrado no Estado. Uma das empresas contratadas, a Convida, que produzia a merenda das escolas da região Norte, não renovou o contrato. A responsável pela região Oeste, Nutriplus, assumiu os serviços. De acordo com o secretário da Educação, Marco Tebaldi, a substituição estava prevista em contrato.

gabrielle.bittelbrun@diario.com.br

* Nome fictício

Como é hoje e as alternativas

ANTES (AUTOGESTÃO)

- A contratação das merendeiras era feita por subvenção social às APPs. Havia só uma nutricionista para todo o Estado. As compras de alimentos menos perecíveis eram realizadas por licitação, com verba da União. Os perecíveis eram comprados pelas escolas com recursos do Estado.

AGORA (TERCEIRIZAÇÃO)

- As empresas que operam o sistema contratam as merendeiras e nutricionistas, que trabalham sem vínculo com o governo do Estado. A empresa também é responsável por providenciar a quantidade necessária de alimentos para alimentar todos os alunos de cada escola atendida.

AS OPÇÕES

Municipalização

- O governador estuda municipalizar o serviço. Nesse caso, as prefeituras gerenciariam o processo para suprir as escolas estaduais com os alimentos.

Regionalização

- Outra opção em estudo pelo Estado é passar a administração da merenda para a responsabilidade das secretarias de Desenvolvimento Regional.

O modelo deve ser escolhido até o final do ano,

com base em levantamentos do Estado.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 23/7/11
Assunto: Merenda escolar, Terceirização vai acabar sem completar dois anos		Página: 18

Processo sob investigação

O processo de licitação para a terceirização da merenda escolar é alvo de investigações do Ministério Público Federal (MPF) de SC desde o ano passado. Também corre na Polícia Federal de Florianópolis um inquérito policial para apurar suposta fraude na licitação de 2009.

Para o autor da ação no MPF, o procurador da República Celso Antônio Três, está claro que as empresas combinaram quem atuaria em cada área do Estado, comprometendo a legitimidade do processo licitatório.

– Os valores do contrato eram altos e as empresas não tinham nem capital ou instalações. A divisão do Estado em só quatro partes é indício de vício na licitação. E as empresas têm vida pregressa duvidosa, são alvos de investigações em outros estados – explica o procurador.

No Ministério Público (MP) de São Paulo, por exemplo, o inquérito

CELSO TRÊS

Procurador da República



Os valores do contrato eram altos e as empresas não tinham nem capital ou instalações. A divisão do Estado em só quatro partes é indício de vício na licitação.

civil público envolve nove empresas de terceirização de merenda escolar, entre elas Convida, Coan e Nutriplus. O MP de Minas Gerais investiga, desde 2006, a formação de cartel, superfaturamento, indução de licitação e não execução de contrato da Coan e da Nutriplus.

O promotor de Ribeirão das Neves (MG), Fabrício da Fonseca, que trabalhou em conjunto com o MP-SP,

explica como o esquema funcionaria:

– As empresas se encontravam, geralmente em São Paulo, dividiam os municípios do Brasil e definiam quem iria fazer o fornecimento nas escolas – destaca Fonseca.

Segundo o promotor, as informações da investigação, que está na fase final, serão repassadas também ao Espírito Santo, Maranhão, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, estados onde as empresas atuam.

A Risotolândia também já foi investigada pelo Tribunal de Justiça do Paraná em 2002, por indução de licitação, mas o processo foi arquivado.

O procurador Celso Três explica que as fraudes geralmente envolvem vantagem econômica aos administradores, mas só a indução da licitação já é considerada crime. Para ele, por essas investigações antigas, as empresas não poderiam ter sido contratadas em Santa Catarina.

Contraponto

• **O secretário** de Educação da época da terceirização, atual senador Paulo Bauer (PSDB), disse que não tem conhecimento das investigações. Bauer afirmou duvidar de irregularidades, pois as empresas tiveram que cumprir “um caminho de exigências” para serem contratadas e o Tribunal de Contas do Estado (TCE) acompanhou todo o processo.

• **As empresas** Convida e a Coan não retornaram os contatos da reportagem até o fechamento desta edição.

• **A Nutriplus** afirmou que “não participou de nenhuma ação lesiva ao patrimônio público e ofensiva às leis, e que age de forma séria e ética na condução de seus negócios”. A empresa informou que vem

tomando as medidas cabíveis na Justiça para defender sua reputação.

• **A Risotolândia**, outra fornecedora, informou, por meio da diretora da regional de Santa Catarina, Elizete Furtado, que não está envolvida em fraudes e que as acusações se tratam de “comentários tendenciosos e interesses políticos”.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 23/7/11
Assunto: Merenda escolar, Terceirização vai acabar sem completar dois anos		Página: 18

Sistema fez custo anual subir 55%

A terceirização das merendas escolares foi implantada entre fevereiro e agosto de 2010 e atingiu aproximadamente 500 mil alunos da rede estadual. A alteração aumentou a conta da alimentação escolar de R\$ 60 milhões, em 2009, para uma estimativa de R\$ 100 milhões em 2011. Só não entraram no processo de terceirização da merenda as escolas profissionalizantes e os estabelecimentos de ensino médio.

De acordo com o ex-secretário de Educação Paulo Bauer – responsável pelo processo de terceirização –, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) pediu a regularização das merendeiras, contratadas até então pelas APPs.

Atual senador, Bauer explica que a decisão foi adotar a terceirização integral – em que a compra dos alimentos e a operação da cozinha ficam a cargo de empresas contratadas – para que os diretores de escolas pudessem se concentrar nos assuntos de ensino e poupar questões administrativas do Estado.

Para Bauer, o governador Raimundo Colombo quer voltar para a autogestão porque não está bem informado sobre os pontos positivos da terceirização, e rebate as críticas:

– Antes era tudo de plástico, a água para fazer os alimentos não era mineral, os alunos não podiam repetir o prato. O gasto aumentou, mas é caro dar comida de qualidade às crianças – declarou o senador.

Conselho de Alimentação Escolar é contra terceirizar

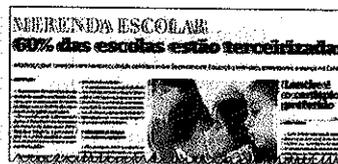
Mesmo assim, tanto o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC quanto o Conselho Estadual de Alimentação Escolar são contrários à medida. Para o presidente do conselho, Antonio Augusto dos Santos, a terceirização derrubou a qualidade dos alimentos oferecidos e o investimento nos agricultores catarinenses.

– A agricultura do Estado é capaz de assumir com produtos de qualidade – garante Santos.

Até a semana passada, o sistema era operado por quatro empresas: Coan, responsável pelo Vale do Itajaí e Litoral; Risotolândia (Sul); Convida (Norte); e Nutriplus (Oeste). Mas, na última semana, a Convida não renovou o contrato e a Nutriplus assumiu a região Norte.

O governador Raimundo Colombo informou que o contrato com as três empresas atuais vai até o fim do ano.

Deu no DC



Em 28 de abril de 2010, reportagem tratou do processo de terceirização.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Estado	Data: 23/07/11
Assunto: Cozinha da escola vai fazer o cardápio		Página: 10

Cozinha da escola vai fazer o cardápio

Chega ao fim a terceirização das refeições em 40% das unidades de SC

O governador Raimundo Colombo pretende dar fim ao sistema de terceirização da merenda que, em 40% das escolas, não tem nem um ano. Com a transição já em 2012, Colombo acaba com uma das grandes apostas do governo anterior, de Luiz Henrique da Silveira. Põe fim, também, ao sistema que gerou polêmica e suspeitas no Estado.

Merendeiras como a profissional de 40 anos que fazia chá para os alunos que não se sentiam bem

e se envolvia com o cardápio devem voltar a preparar as refeições. Remanejada para outra função após a terceirização, ela diz que a fila da merenda ia longe e que o cardápio anterior era bem mais diversificado e sustentava mais.

Esse envolvimento das cozinheiras e mesmo da comunidade com a alimentação dos estudantes é uma das principais justificativas para a nova transição. “A mudança é pela vida comunitária, pela questão pedagógica do envolvimento dos professores e da comunidade na produção da merenda”, destaca o governador.

A medida, na visão do governo, reduziria em 30% os gastos com a alimentação dos alunos e incentivaria a agricultura familiar e a produção regional de alimen-

tos. Ele considera que a medida do governo anterior não foi um erro, porém, a nova mudança é o melhor, principalmente pelos pedidos em todo o Estado. Segundo Colombo, no prato dos alunos da Serra, por exemplo, não pode faltar maçã.

De acordo com o ex-secretário de Educação Paulo Bauer – responsável pelo processo de terceirização no segundo governo de LHS (2007-2010) – o Tribunal de Contas do Estado (TCE) pediu a regularização das merendeiras, contratadas até então pelas APPs, por isso, a decisão foi a terceirização integral – a compra dos alimentos e a operação da cozinha ficam a cargo de empresas – para que os diretores de escolas pudessem se concentrar no ensino.



FELIPE AGULLAR

SAIBA MAIS

Entre as opções de substituição à terceirização, estão o sistema de municipalização e a participação das secretarias regionais para a gestão da merenda.

ALTERNATIVA

Governo do Estado prevê economia de 30% dos gastos com alimentação dos alunos



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 24/7/11
Assunto: Depois da greve, Os problemas enfrentados pelas escolas do estado		Página: 30

DEPOIS DA GREVE

Os problemas enfrentados pelas escolas no Estado

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

julia.antunes@diario.com.br

Foram 62 dias de greve dos professores da rede estadual de ensino, que terminou na última segunda-feira. A paralisação foi motivada pela lei do piso nacional do magistério.

Ao fim da greve, o aumento dado aos docentes não agradou à categoria.

Além de ficar muito atrás do que pediam, eles tiveram o plano de carreira alterado, onde o professor com nível médio teve os reajustes mais altos, enquanto os com especialização tiveram ganhos menores.

Se os educadores voltaram ao trabalho insatisfeitos com o salário, houve um consenso sobre qual foi o lado positivo do movimento: o assunto educação ficou em pauta por mais de dois meses nos jornais. Expor a política salarial do Estado, baseada em abonos, e sem cumprir a lei do piso, foram apenas dois dos problemas revelados neste período.

Além de continuar debatendo a tabela salarial com a categoria,

o governo tem outros desafios pela frente. O Diário Catarinense selecionou três assuntos que ainda não vão bem na educação do Estado, conforme relatos de professores ouvidos durante os dois meses de cobertura da paralisação.

Entre as reclamações, estão a falta de infraestrutura dos colégios, a violência dentro das escolas e a desvalorização do professor.

O secretário da Educação, Marco Tebaldi, admite que projetos envolvendo esses três itens ficaram parados durante a greve porque era preciso resolver a questão do piso. A partir de agora, garante que os planos voltam a ser tocados. Mas alerta para a falta de recursos em 2011:

– Vai ser muito difícil colocar algo em prática ainda neste ano, porque a verba ficou comprometida com o reajuste dos docentes. Não é um dinheiro que vai se perder, porque esperamos ganhar em qualidade de ensino para os alunos – observa.



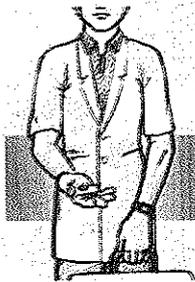
CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 24/7/11
Assunto: Depois da greve, Os problemas enfrentados pelas escolas do estado		Página: 30



INFRAESTRUTURA E ACESSIBILIDADE

É preciso esforço, mas dá para imaginar como seria a Escola Estadual Anibal Nunes Pires, no Bairro Capoeiras, na Capital, se fosse bem cuidada. A escola teria tudo para ser um colégio modelo. Estrutura não falta. Já cuidado com ela está esquecido desde 1997, quando foi feita a última e única reforma geral. O colégio é de 1980, tem 26 salas, laboratório, quadra de esporte e ginásio. Tem também infiltração, paredes descascadas, banheiros entupidos e poças d'água pelos corredores em dias de chuva. Já as salas de aulas estão conservadas e com a pintura em dia. O contraste com os corredores tem explicação. Há dois anos, foi organizada uma gincana para recolher tintas e fazer um mutirão de pintura. O problema de infraestrutura prejudica ainda mais alunos com deficiência. Não há rampas. O colégio, repleto de escadarias, não tem nem corrimão. A situação do Anibal poderia ser de muitas outras escolas estaduais.



VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES

Antes da greve, o menor salário de um professor do Estado era R\$ 609. A esse valor eram somadas gratificações, fazendo com que ele alcançasse o antigo piso – sem o reajuste de fevereiro deste ano – de R\$ 1.024. Após a paralisação, o menor salário ficou sendo R\$ 1.187, sem os abonos. Ao fazer isso, o governo cumpriu a lei do piso nacional e achou a tabela do magistério. Para os docentes, diminuir a diferença salarial entre um professor de nível médio e um de doutorado é um desestímulo à qualificação. Não ser uma figura valorizada financeiramente e reconhecida reflete nas licenciaturas. Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), há pelo menos cinco anos sobram vagas nessas faculdades. O Estado tem dificuldade para encontrar docentes nas áreas exatas. Para reverter esse quadro, valorizar o docente é uma das metas do plano nacional de educação de 2011 a 2020.



VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Alunos agredidos por alunos ou por professores, professores agredidos por alunos ou por pais. Todas essas situações já foram registradas nas escolas do Estado. No final do ano passado, uma diretora agredida por um estudante de 15 anos na Escola Celso Ramos, em Florianópolis, levou ao fechamento do colégio por 12 dias e, depois, para sempre. Fez ainda com que o caso ganhasse repercussão nacional. Em outubro do ano passado, no Norte do Estado, uma professora esfregou o papel no rosto de uma criança de oito anos porque ele teria esquecido o caderno em casa. A família registrou boletim de ocorrência. O caso também aconteceu dentro de uma escola estadual. Apesar de serem notícias conhecidas, não há um levantamento de quantos registros de violência há dentro dos colégios da rede. Muitos só se tornam conhecidos quando viram notícias na imprensa.

O DC ouviu quatro especialistas em educação, que apontam por que as questões de infraestrutura, valorização dos professores e violência afetam a qualidade do aprendizado e de que forma é possível atacá-las.



CLIPPING

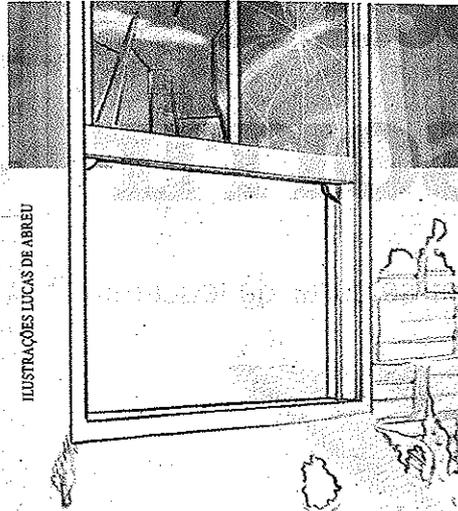
Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 24/7/11

Assunto: Depois da greve, Os problemas enfrentados pelas escolas do estado

Página: 30



ILUSTRAÇÕES LUCAS DE ABBEU



MIRIAM ABRAMOVAY

Coordenadora da área de juventude e políticas públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, já coordenou diversas pesquisas e avaliações da Unesco. Também foi consultora do Banco Mundial e do Unicef

É na escola que o estudante vai passar a maior parte do dia e, por isso, ela precisa ser um ambiente agradável. Isso é fundamental. O banheiro, por exemplo, não é uma reclamação, é um verdadeiro drama escolar. Muitas das pesquisas que eu fiz, as meninas reclamam que no banheiro não tem espelhos. Pode parecer fútil, mas estamos lidando com crianças e adolescentes que gostam de se olhar no espelho.

O problema de falta de infraestrutura está em todos os estados, em alguns, em níveis mais altos do que noutros.

Além da questão salarial, temos um problema social. O professor não foi preparado para lidar com a atual realidade. Ele sofre com a falta de reconhecimento. Ele vem de uma história de muito reconhecimento, era uma figura muito especial, e hoje não é mais assim. A falta disso vem acompanhada do despreparo. Além de aprender o conteúdo pedagógico, para ser professor, ele tinha que se preparar para lidar com a situação atual. Vejo professores muito espantados com o que acontece nas escolas. Temos uma escola do século 19 com crianças dos século 21.

CLÁUDIO DE MOURA E CASTRO

Economista, escritor, mestre em Educação pela Universidade de Yale. Possui mais de 30 livros publicados, debatendo questões sobre educação básica e superior. É articulista da revista *Veja*, onde escreve sobre o tema

A infraestrutura não afeta o aprendizado e, sim, reflete como vai a escola. A escola que tem um banheiro ruim é onde o aprendizado também está ruim.

Quer fazer o primeiro teste na escola? Vá ao banheiro. É que nem vidro quebrado. Não dá pra dizer que um vidro quebrado vai afetar o ensino. Não afeta. É sintoma de um colégio sem nenhuma liderança.

Quando se quer dar um ânimo na escola, mexe-se na infraestrutura. Isso dá um impulso, deixa as pessoas mais alegres. Não é isso que vai afetar a qualidade de ensino, a infraestrutura mexe com o psicológico.

Aprendem tudo menos a dar aula. Temos dois grandes focos de problema em cima do professor. O primeiro é o professor não aprender o conteúdo que vai ensinar, e não saber como dar aulas. Isso passa por um problema sério na formação dos professores. O segundo é a gestão escolar. Como o ambiente da escola é podre, não em todos os casos, ela não atrai professores. O fato de diretores indicados (como é o caso dos diretores dos colégios estaduais de SC) também é muito ruim. Leva pessoas que não têm perfil de diretor para o cargo. É o diretor que cria o clima dentro da escola. Se o clima é ruim, o professor fica infeliz e não consegue ensinar bem.

INÊS MISKALO

Coordenadora de Educação Formal do Instituto Ayrton Senna, cujo trabalho é focado na educação como caminho para o desenvolvimento humano. Atuando desde 1994, o instituto propõe soluções para combater as deficiências da educação pública

A escola precisa ser um ambiente gostoso, alegre, limpo, cuidado. Às vezes, ela se torna um local abandonado, sujo, feio, quebrado.

A infraestrutura faz muita diferença. O aluno precisa se sentir querido. Se ele chegar à escola, e ela estiver abandonada, ele vai abandonar a escola. Da mesma maneira, o professor também precisa ser presente, para o estudante também estar presente. Temos uma série de diagnósticos que apontam os problemas no ensino, mas não adianta ficar só com os dados na mão e não ir para frente. O instituto defende um trabalho de gestão sobre a educação.

O trabalho do professor não é acompanhado. Não é questão de dizer se ele é bom ou mau professor. O docente precisa ser olhado, apoiado e avaliado. Além disso, faltam professores, porque eles não são atraídos para a profissão. Não se faz um trabalho de qualificação do professor. O professor bom, que consegue bons resultados, deveria ser visto como um profissional para ajudar. Ninguém quer ser mau professor. Deveria ser dada oportunidade ao bom profissional para mostrar o seu trabalho. O aluno é um termômetro de qualidade. Como é possível ajudar o professor a ser melhor? Oferecendo cursos para ele melhorar o conhecimento prático e teórico.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 28/7/11
Assunto: Depois da greve, Os problemas enfrentados pelas escolas do estado		Página: 30

HAMILTON WERNECK

Pedagogo, pós-graduado em Educação. Faz conferências em todo o Brasil envolvendo colégios e secretarias de Educação. Foi secretário municipal da Educação de Nova Friburgo (RJ)

É preciso oferecer condições de trabalho: bibliotecas, laboratório de informática. No Brasil, há todos os tipos de situações, escolas ruins em cidades ricas, escolas de Primeiro Mundo em locais pobres. Isso depende muito da vontade política. Um aluno não vai aprender direito onde não há mesas suficientes e onde eles tenham que ficar de pé. Ou, então, é preciso ter um pátio, porque crianças precisam brincar. Tudo isso influencia.

Precisam ter melhores salários e oportunidade de se atualizar, porque o mundo muda muito rápido. Também é preciso melhorar a relação entre grupos: professor-aluno, família-escola. Não há formação continuada e muitas coisas ensinadas estão defasadas.

O QUE DIZ O GOVERNO

Para este ano, o dinheiro foi todo comprometido. O investimento em infraestrutura passava por quatro fases: terminar obras em andamento, arrumar escolas com problemas de interdição, fazer reformas urgentes e criar projeto de manutenção das escolas. Há ainda a entrega de novas escolas: 16 estão em construção e outras 20 serão solicitadas ao Ministério da Educação.

As discussões sobre a carreira, que começaram com a greve, vão continuar em um grupo de trabalho, que terá representantes do Estado e dos professores.

As primeiras reuniões devem acontecer a partir de agosto. Ao estabelecer o diálogo e não se negar a falar com a categoria, o secretário acredita que já é prova de uma mudança.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 24/7/11
Assunto: Depois da greve, Os problemas enfrentados pelas escolas do estado		Página: 30



A violência vem de um problema maior que é a necessidade de uma melhor convivência entre crianças, famílias e escola. Entrar com faca, jogar cadeira no professor não fazem parte do cotidiano escolar. Precisamos quebrar mitos. Os professores são vítimas, mas os alunos são vítimas também. Precisamos ouvir os estudantes. Sabemos muitos dados sobre a qualidade de ensino, pouco sabemos sobre o que acontece dentro de uma escola, não há um diagnóstico das relações, que permitiria saber o clima do colégio. A violência é comentada, reclamada, mas não é considerada.

São vários fatores que levam à violência. Um deles é a falta de segurança ao impor disciplina, devido a uma mentalidade pós-ditadura. Ainda confundem autoridade com autoritarismo. Alguém tem que mandar dentro da escola, porém, é criada essa dificuldade em mandar. Há uma dificuldade em lidar com essa autoridade. Outro fator é que a escola é muito chata. Ninguém entende nada, tirando um ou outro CDF. Com isso, o aluno não presta atenção na aula, e como diz o ditado, "cabeça vazia, oficina do diabo". O outro fator é que a escola herda problemas da sociedade. Temos um aluno desinteressado e famílias pouco interessadas.

A escola não é isolada, ela é um complexo social. É preciso ter uma visão mais ampliada. Os problemas podem estar no entorno da escola e pode não ser resolvido pela escola. A comunidade e a escola precisam estar integradas. É preciso conhecer o entorno e estabelecer um diálogo. As propostas pedagógicas do colégio precisam ser significativas. Tem que haver um trabalho em grupo para desenvolver a sociabilidade. As escolas são autônomas e podem agregar outros tipos de atividades. Os alunos precisam entender que a escola é importante para eles e a família precisa vivenciar isso. A parceria é fundamental.

Há uma distorção dos valores. Crianças ficam com o ego exacerbado e não respeitam mais os pais, nem professor nem diretor. Pensam que na vida social podem fazer tudo. É preciso ter claro qual é a conduta adequada dentro da escola e que o estudante precisa obedecer regras, para que não seja uma surpresa chamar a atenção quando o aluno fez algo errado.

No começo de abril, foi anunciado um plano de segurança nas escolas. O projeto incluía contratação de mais vigilantes, colocação de câmeras de monitoramento, melhorar a iluminação nas escolas e ao redor delas, ter a figura de um monitor – funcionário da escola – que ficaria em contato com a polícia. O plano está sendo retomado e ficou parado durante a greve.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Destaque	Data: 23/07/11
Assunto: Show de educação ambiental		Página: 04

Show de educação ambiental

63 trabalhos receberam prêmios em concurso da Fundema que teve 417 participantes

GISELE KRAMA
gisele.krama@an.com.br

Os desenhos extremamente coloridos e criativos, misturados com textos feitos por crianças, adolescentes e idosos fizeram parte do primeiro concurso da Fundema de educação ambiental. Participaram da disputa 417 pessoas, e 63 foram premiadas.

No primeiro dia de divulgação, a cena foi de felicidade para os vencedores e muitos não acreditaram no resultado. Um deles é o estudante Thiago dos Reis Soares, de 14 anos, da Escola Oswaldo Cabral, Thiago. O garoto, em fase de alfabetização, nunca havia desenhado na vida. Na primeira vez em que pegou lápis e papel para fazer os traços, foi para participar do concurso. O resultado da experiência é promissor. Ele ganhou uma TV de 32 polegadas como

prêmio por abordar a cultura indígena em seu desenho. “Eu quis representar os índios porque eles moram na mata e têm mais relação com a natureza”, disse.

Não passava pela cabeça de Thiago ser um dos premiados. Foi pego de surpresa na manhã de ontem com a notícia. “Tinha mais gente da turma participando”, conta, ainda sem acreditar que havia vencido. Agora, a pequena TV de 14 polegadas da família vai ser substituída pela nova. O adolescente foi correndo contar a novidade aos vizinhos.

O garoto, que gosta de soltar pipa, mora com a mãe, Adelina dos Reis, e uma irmã de 17 anos. Há três meses, perdeu o irmão mais velho, de 24 anos. O resultado do concurso trouxe à família um pouco de felicidade por reconhecer o empenho de Thiago na produção do desenho.



Avaliação foi feita por 18 pessoas

Foram quase dois meses de avaliações para chegar aos 63 nomes premiados na edição deste ano, que teve inscrições entre fevereiro e abril.

O concurso foi destinado a estudantes, crianças, adolescentes, adultos e idosos. “Nesta edição, tivemos bons trabalhos”, comenta a engenheira ambiental Michele Pereira, que trabalha no núcleo de educa-

ção ambiental da Fundema.

Além dos estudantes, alguns CEIs foram premiados com computadores e TVs por trabalhos feitos pelas turmas de maternal e berçário. Cada desenho ou texto passou por dois avaliadores. Para os trabalhos gráficos, o que contou foi criatividade, originalidade e adequação ao tema. Já para os textos, a regra era ter

criatividade, originalidade, adequação ao tema, gênero, presença de ideias centrais e secundárias, clareza de ideias e coesão, correção ortográfica, sintática e pontuação.

As notas foram dadas por uma comissão de seis funcionários da RBS, um servidor da Fundação 25 de Julho, um da Prefeitura, um da Águas de Joinville e nove da Fundema.

Sustentabilidade em palavras e colagens

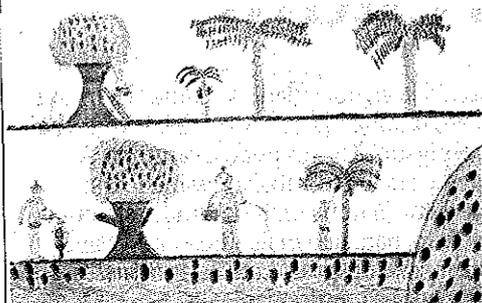
Os 417 estudantes que fizeram parte do concurso deram um show sobre educação ambiental quando abordaram o tema sustentabilidade. Essa avaliação é de Michele Pereira, da Fundema, que analisou as produções como bem acima da expectativa da organização.

Os participantes apresentaram uma variedade

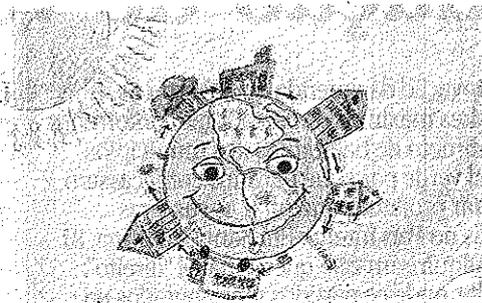
de gêneros para tratar do tema. Alguns optaram pelo desenho, usando lápis e papel. Outros abusaram das colagens, trazendo material reciclável para as produções. Já quando o assunto é texto, apropriaram-se de estilos como dissertação, poesia e até história em quadrinhos.

Tanto conhecimento

sobre educação ambiental se reverteu em prêmio nesta primeira edição do concurso. A recompensa foram TVs, computadores, MP8, bicicletas, máquinas fotográficas, iPods, notebooks e notebooks. Dentre os vencedores, sete conseguiram a nota máxima, 100 pontos, porque cumpriram todos os requisitos.



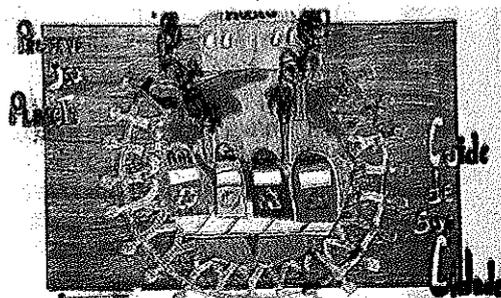
Thiago Soares, da Escola Osvaldo Cabral



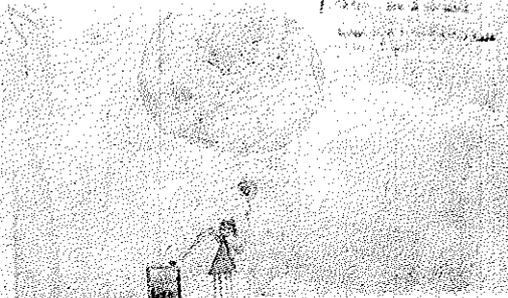
Julia Rosa, da Escola Anita Garibaldi



Maria Judith, da D. Jaime Câmara



Grabriela Ciz, da Escola Ada da Silveira



Júlia Vieira, da Escola Padre Simioni



Os vencedores

ARTE COLETIVA – BERÇÁRIO

- Berçário – CEI Jardim Sofia
- Berçário 1 – CEI Ivan Rodrigues
- Berçário 2 – CEI Morro do Meio

ARTE COLETIVA – MATERNAL

- Maternal 2 – CEI Itaum
- Maternal 1 – CEI Itaum
- Maternal – CEI Jardim Sofia

EDUCAÇÃO INFANTIL

1º PERÍODO

- Victor Botega – CEI Esperança
- Julia Roberta de Souza Vieira – CEI Girassol
- Jakob Kaiven Oliveira – CEI Branca de Neve

EDUCAÇÃO INFANTIL

2º PERÍODO

- Maria Eduarda Martins – CEI Espinheiros
- Mikaela Diovana da Luz Scheffer – CEI Sementinha
- Luiza Regis Moreira – Colégio dos Santos Anjos

EJA BBEDUCAR

- Thiago dos Reis Soares – E.M. Prof. Oswaldo Cabral
- Maria Judith da Silva – E.M. Valentim João da Rocha
- Edson Carlos Augustinho Santana – E.M. Prof. Laura Andrade

ENSINO FUNDAMENTAL – 1º ANO

- Rafael Pavesi dos Passos – Colégio Santo Antônio
- Ana Carolina Dutra – Colégio Santo Antônio
- Gabriela Correa Trisnoski – Centro Educacional e Creche Conde Modesto Leal

ENSINO FUNDAMENTAL – 2º ANO

- Juliana Lizicowski Diezner – E.M. Prof. Ada Sant'Anna da Silveira
- Ana Carolina Moraes Dacoregio – Colégio Santo Antônio
- Erica Szymkovick Titon – E.M. Prof. Ada Sant'Anna da Silveira

ENSINO FUNDAMENTAL – 3º ANO

- Gabriela Silva Ciz – E.M. Prof. Ada Sant'Anna da Silveira
- Júlia Latki Vieira – E.M. Padre Valente Simioni
- Júlia Carolina dos Santos Rosa – E.M. Anita Garibaldi

ENSINO FUNDAMENTAL – 4º ANO

- Maria Julia Pedro – E.M. Dom Jaime de Barros Câmara
- Fernanda de Azevedo Ramos – E.M. Dom Jaime de Barros Câmara
- Luiz Guilherme Rosa – E.M. Dom Jaime de Barros Câmara

ENSINO FUNDAMENTAL – 7º ANO

- Luana Monteiro Dornier – E.M. João Costa
- Tainara Moreira de Abreu – E.M. João Costa
- Vitória Loraine Mendes Soares – E.M. Prof. Orestes Guimarães

ENSINO FUNDAMENTAL – 8º ANO

- Carolina Ruschei Senger – Colégio dos Santos Anjos
- Elis Estevam – Escola Agrícola Municipal Carlos Heins Funke
- Bruna Gomes – E.M. Dr. José Navarro Lins

ENSINO FUNDAMENTAL – 9º ANO

- Lara Moreira Jorge – E.M. Prof. Edgar Castanheira
- Walter Ulbrich Neto – E.M. Prof. Edgar Castanheira
- Paula Korb – E.M. Prof. Anna Maria Harger

ENSINO MÉDIO E TÉCNICO – 1º ANO

- Thalita Agne dos Santos – Colégio dos Santos Anjos
- Tayse da Silva – Assessoritec
- Josué Raul Machado – Assessoritec

ENSINO MÉDIO E TÉCNICO – 2º ANO

- Karolline Raimundo da Silva – E.E.B. Eng. Annes Gualberto
- Laís Stela Carlini – Colégio dos Santos Anjos
- Josué Miranda da Silva – Assessoritec

ENSINO MÉDIO E TÉCNICO – 3º ANO

- Cibelli Camila Scholz – Escola de Educação Básica Olavo Bilac
- Elisa de Oliveira Fuck – Colégio Santos Anjos
- Ana Paula Ponick – Escola de Educação Básica Arnaldo Moreira Douat

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – TELESSALA

- Dionara Pereira – E.M. Governador Heriberto Hülse
- Silvana de Assis Pereira Vieira – E.M. Eladir Skibinski
- Gleusa Vitorino – E.M. Governador Heriberto Hülse

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – MODULARIZADO

- Beatriz dos Santos – E.M. 9 de Março
- Jéssica Luana da Silva – E.M. Valentim João da Rocha
- Jean Carlos Miranda – E.M. João de Oliveira



ENSINO FUNDAMENTAL – 5º ANO

- Mayara Gonçalves da S. Rieper
– E.M. Pastor Hans Müller
- Agatha C. Gorges – E.M. Anaburgo
- Cleiton Dal Pizzol – E.M. Eugênio Klug

ENSINO FUNDAMENTAL – 6º ANO

- Julia Heloisa de Moraes Vieira
– E.M. Prof. Virginia Soares
- Ruan Santos de Mattos – E.M. Dr. Ruben Roberto Schmidlin
- Felipe Berkenbrock – E.M. Padre Valente Simioni

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PRO JOVEM

- Danilo Sousa Silveira – E.M. Prof. Oswaldo Cabral
- Joanita dos Panos Trentini – E.M. Valentim João da Rocha

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PRESENCIAL

- Não houve inscrição para essa categoria.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Vida	Data: 22/07/11
Assunto: Custo de plano de educação gera críticas		Página: A19

Custo de plano de educação gera críticas

Estados e municípios querem dividir com a União a 'conta' do PNE, conjunto de metas para a área; R\$ 61 bilhões a mais seriam necessários

Rafael Moraes Moura | BRASÍLIA

Enquanto o Congresso discute o Plano Nacional de Educação (PNE), Estados e municípios temem ficar com a maior parte da conta para cumprir as metas que estão sendo traçadas para a década. O governo federal estima que, para atingir os 20 objetivos, seja necessário um volume adicional de pelo menos R\$ 61 bilhões – além dos atuais 5% do PIB já investidos. Estados e municípios são responsáveis por 80% do gasto público na área.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) demonstra preocupação com o cumprimento do plano – só a oferta de creche a 50% da população de até 3 anos, como estabelece o PNE, demandará um investimento de R\$ 18,3 bilhões. Como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) cobre, em média, 46% dos custos com creches, a CNM estima que os municípios terão de desembolsar R\$ 9,9 bilhões nos próximos anos.

Outra meta do PNE, a universalização do atendimento escolar da população de 4 e 5 anos na educação infantil até 2016, exigiria R\$ 3,3 bilhões – considerando a média de repasses do Fundeb, o complemento dos municípios ficaria em R\$ 700 milhões.

A oferta de creches e pré-escolas é de responsabilidade dos municípios, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases, de 1996. “A lei não pode mais ser para inglês ver, tem de ser real. Isso aí é quase uma demagogia”, critica o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. “Nosso debate

● Dinheiro além do previsto

R\$ 9,9 bi

adicionais seriam necessários para atender 50% da população de até 3 anos em creches, segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM)

R\$ 7 bi

para educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica

R\$ 700 mi

para universalizar o atendimento escolar das crianças de 4 e 5 anos, além dos repasses via Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

é para melhorar a educação, mas precisamos garantir o financiamento. Caso contrário, o Ministério Público cobra e o prefeito é intimado por causa da irresponsabilidade do Congresso.”

A CNM alega que a União concentra recursos no ensino superior, forçando os municípios a bancarem cada vez mais os gastos com creches, pré-escolas e ensino fundamental. Em 2009, a média da receita municipal destinada à educação foi de 29,1%, diz a confederação. A Constituição determina que a União aplique pelo menos 18% da sua receita em ações visando à manutenção e desenvolvimento do ensino – para municípios e Estados, a porcentagem é de 25%.

Na tentativa de buscar apoio ao PNE, parlamentares têm con-

tatado governadores e secretários municipais de Educação. O presidente da comissão especial que trata do assunto na Câmara, Gastão Vieira (PMDB-MA), já disse que sem o respaldo de Estados e municípios não será possível mobilizar o Congresso para aprovar o PNE.

O PNE tem sido criticado por lançar metas sem definir a responsabilidade de cada ente federado no cumprimento delas. Para Cláudia Costin, secretária municipal de Educação do Rio, é “importante que o PNE estabeleça o papel de cada nível de governo, no desenho de um sistema nacional de educação”.

Financiamento. O deputado Manoel Junior (PMDB-PB) apresentou emenda prevendo que a União amplie sua participação no financiamento da educação básica. “O PNE cria demandas na área da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação especial e educação de jovens e adultos, mas não indica a fonte de receita para custear as despesas nem acrescenta dispositivos para que a União também se responsabilize pelo alcance das metas”, justifica.

Em audiência na Câmara, no início deste mês, o presidente do Ipea, Márcio Pochmann, defendeu maior investimento em educação, sugerindo como racionalização da gestão, destinação de recursos do pré-sal e taxaço de grandes fortunas. Esmiuçado em 10 diretrizes e 20 metas, o PNE prevê aumento para professores, destinação de recursos do Fundo Social do pré-sal para a área de ensino e ampliação do investimento público em educação até atingir 7% do PIB.